



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO



FAZENDA POR DO SOL

Período: 27/05/2014 à 06/06/2014

LOCAL : Itupiranga-PA

ATIVIDADE: 0151-2/01 (CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE)

Nº SISACTE: 1865/2014

Operação 52/2014

Coordenadas Geográficas: 5° 7'11.37"S 50°24'42.49"O

ÍNDICE

I - DA EQUIPE.....	03
II - DA MOTIVAÇÃO.....	04
III - DA SÍNTESE DA OPERAÇÃO.....	05
IV - DO RESPONSÁVEL.....	06
V - DA OPERAÇÃO.....	07
1 - Da Ação Fiscal.....	07
2 - Dos Autos de Infração.....	08
VI - DA CONCLUSÃO.....	09

A N E X O S

- Termo de Notificação
- Autos de Infração

I - DA EQUIPE

- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

- [REDACTED]

1.2 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

- [REDACTED]

1.3 - POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL DO PARÁ

- [REDACTED]

II - DA MOTIVAÇÃO

O Grupo Especial de Combate ao Trabalho Escravo - GEFM, constituído por Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho, membro do Ministério Público do Trabalho e policiais do Batalhão de Polícia Ambiental do Pará foi destacado para averiguar indícios de trabalho escravo em desfavor da fazenda São Geraldo do senhor de nome [REDACTED] localizada no distrito de Quatro Bocas, zona rural do município de Itupiranga-PA, onde trabalhadores bebiam água de igarapé, que moravam em um barraco de lona e que não recebiam o pagamento.

III - DA SÍNTESE DA OPERAÇÃO

- Município em que ocorreu a fiscalização: Itupiranga - PA
- Empregador inspecionado: [REDACTED] CPF [REDACTED]
- CEI: 500131391380
- Endereço e local inspecionado: Fazenda Porto do Sol – Itupiranga - PA - CEP: 68580-000
- Endereço de correspondência: Rua [REDACTED]
[REDACTED]
- Atividade: criação de bovinos para corte (CNAE 0151201)
- Trabalhadores encontrados: 06
- Trabalhadores alcançados: 09
- Trabalhadores sem registro: 03
- Atividades que os trabalhadores estavam desempenhando: vaqueiro
- Trabalhadores cujos contratos foram formalizados no curso da ação fiscal: 01
- Trabalhadores resgatados: 00
- Valor líquido recebido da rescisão (resgatado): NÃO HOUVE RESGATE
- Quantidade de menores afastados, e idade: 00
- Valor líquido recebido das rescisões (menores afastados): 00
- Valor dano moral individual: R\$0,00
- Valor dano moral coletivo: R\$0,00
- Autos de Infração lavrados (quantidade): 04
- Principais irregularidades: empregados sem registro, deixar de submeter trabalhador a exame médico admissional; conceder férias fora do prazo; não pagamento em dobro das férias concedidas fora do prazo.
- Termos de Interdição lavrados: 00
- Termos de Embargo lavrados: 00
- Guias de SDTR emitidas: 00
- CTPS expedidas: 00
- FGTS mensal depositado durante a ação fiscal: R\$288,17
- FGTS rescisório depositado durante a ação fiscal: R\$0,00
- Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC: 00
- Armas e munições apreendidas: 00

IV - DO RESPONSÁVEL

- EMPREGADOR: [REDACTED]
- CEI: 5001311391380
- CPF [REDACTED]
- CNAE: 0151-2/01 (CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE)
- LOCALIZAÇÃO: Fazenda Por do Sol, distrito de Cruzeiro do Sul, também conhecida como Quatro Bocas, zona rural do município de Itupiranga-PA.
- ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA: [REDACTED]

V - DA OPERAÇÃO

1 - Da Ação Fiscal

O GEFM deslocou-se no dia 31/05/2014 com destino ao distrito de Cruzueiro do Sul, também conhecido como Quatro Bicas, com o intuito de averiguar denúncia em desfavor da fazenda São Geraldo de propriedade de um senhor de nome [REDACTED]

[REDACTED] Quando do deslocamento da equipe na zona rural do distrito, em conversa com moradores, colheu-se a informação que a fazenda onde houve o problema relatado na denúncia não é a fazenda São Gonçalo, mas a fazenda de nome Cetel, também de propriedade do sr. [REDACTED] e nos foi informado a localização da mesma.

Chegando na fazenda, localizada na zona rural do distrito de Cruzeiro do Sul, município de Itupiranga-PA, verificamos que referido empregador mantinha 6(seis) trabalhadores laborando na função de vaqueiro.

Em entrevista o proprietário da fazenda, sr. [REDACTED] informou que [REDACTED] é apelido que herdou do pai, que a fazenda Cetel na verdade tem o nome de Por do Sol, que a fazenda São Geraldo é de sua propriedade também, mas que no momento não tem nenhum funcionário lá, que os funcionários da fazenda Por do Sol é que fazem o serviço na fazenda São Geraldo.

Após entrevista com os trabalhadores e inspeção dos locais de trabalho, a equipe de fiscalização notificou o empregador para apresentar documentação em dia, hora e local determinado.

No dia 02/06/2014 compareceu o preposto do empregador perante a equipe de fiscalização para apresentar documentação solicitada.

5 - Dos Autos de Infração

Foram lavrados 4 (quatro) Autos de Infração, dos quais 3(três) em face de infrações relativas à legislação trabalhista, propriamente dita, e 1(um) por infração relacionada à Norma de Segurança e Saúde do Trabalhador.

Constatou-se a não aplicação de diversos preceitos estatuídos nas Normas Regulamentadoras, cujos relatos completos das situações encontradas constam do corpo dos correspondentes autos de infração.

Número	Ementa	Descrição da ementa (Capitulação)
Empregador: [REDACTED]		
1	203403479 0000108	Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente. (Art. 41, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.)
2	203486196 1310232	Deixar de submeter trabalhador a exame médico admissional, antes que assuma suas atividades. (Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c Item 31.5.1.3.1, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.)
3	203486447 0000914	Deixar de conceder férias nos 12 (doze) meses seguintes ao período aquisitivo. (Art. 134, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.)
4	203486455 0001015	Deixar de pagar em dobro a remuneração, quando as férias forem concedidas após o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito. (Art. 137, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.)

VI - CONCLUSÃO

No caso em apreço, a fiscalização deparou com empregador que demonstrou descumprir a legislação trabalhista e itens da Norma Regulamentadora 31, conforme descrito no presente Relatório.

Apesar das irregularidades constatadas, não se verificou as condições descritas na denúncia que motivou a operação.

Embora o exposto, a denúncia é, no tempo que foi atendida, IMPROCEDENTE no que tange as práticas que caracterizam o trabalho em condições degradantes, nem tampouco as condições encontradas no local de trabalho justificam resgate de trabalhador, nos termos do artigo 2º da Lei 7.998/90.

Santa Maria-RS, 09 de junho de 2014.



Subcoordenador de Grupo Móvel